

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO ENTORNO DE GRANDES ESTÁDIOS DE FUTEBOL: O CASO DA AVENIDA ALFREDO CAMARATE ARTICULADA AO ESTÁDIO GOVERNADOR MAGALHÃES PINTO, BH, MG

Leandro de Aguiar e Souza (*), Larissa Carolina da Silva

* Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix; e-mail: leandro.souza@izabelahendrix.edu.br

RESUMO

O presente trabalho tem como ponto de partida a análise dos diversos impactos socioambientais ligados à implantação e reformulação de grandes estádios de futebol no Brasil decorrentes, sobretudo, da realização da Copa do Mundo de futebol no país. As discussões tem como objeto o Estádio Governador Magalhães Pinto, situado no município de Belo Horizonte, e a Avenida Alfredo Camarate, localizada em seu entorno imediato e receptora de uma grande quantidade de pessoas em dias de eventos. O desenvolvimento das discussões levou à incorporação de toda a microbacia do Córrego do Mergulhão enquanto área de estudo e proposição, sendo desenvolvida uma metodologia de projeto pautada nas escalas macro, meso e micro, com interferências diretas de uma escala sobre a outra. Uma série de conceitos, fundamentais ao contexto em estudo, foram então levantados e analisados, dentre os quais se destacam: planejamento e gestão urbanística e ambiental, avaliação de impactos ambientais, sociais e socioambientais, centros e centralidades, bem como o entendimento das escalas macro, meso e micro. Com base nos conceitos foi buscada a apreensão do Estádio Governador Magalhães Pinto enquanto equipamento de uso coletivo de grande porte, sua inserção no município de Belo Horizonte e na Região da Pampulha, bem como das dinâmicas diversas desenvolvidas no local, ocorridas tanto em dias de eventos quanto cotidianamente. Paralelamente, foi elaborada a caracterização do Córrego do Mergulhão e sua microbacia, de modo a incorporar a identificar questões nas escalas macro e meso com repercussões na área de intervenção direta. A partir dos levantamentos e análises desenvolvidas, foram elaboradas diretrizes de projetos e elaboradas proposições preliminares voltadas à requalificação urbanística e ambiental do Córrego do Mergulhão e da Avenida Alfredo Camarate.

PALAVRAS-CHAVE: Requalificação urbana ambiental, impactos socioambientais, grandes eventos, planejamento urbano, planejamento ambiental

INTRODUÇÃO

As discussões acerca da implementação de grandes estádios esportivos, progressivamente transformadas em arenas multiuso, trazem consigo reflexões sobre os impactos a eles vinculados. Tal questão se faz presente no contexto brasileiro, tendo em vista o processo de preparação para a Copa do Mundo de Futebol, realizada entre os meses de junho e julho de 2014 no país.

Tais impactos, de fontes e portes diversos, estão ligados ao planejamento, à implantação e à operação desses empreendimentos, e a mitigação de tais impactos envolve uma série de ações, geralmente empreendidas pelo poder público, geradoras de obras de grande porte e, conseqüentemente, novos ciclos de impacto (positivos e negativos).

No contexto do Estádio Governador Magalhães Pinto, situado em Belo Horizonte, MG, e objeto da presente discussão, as ações do governo estadual foram predominantemente pautadas na busca pela mitigação de impactos na escala regional e municipal.

Dentre essas ações merecem ser aqui destacadas a reforma do próprio estádio, ações de infraestrutura do turismo, ações de segurança pública, realização de obras de mobilidade e requalificações urbanas.

Em escala regional e municipal, foram implantados o sistema BRT nas avenidas Dom Pedro I, Antônio Carlos e Cristiano Machado, estações de integração de transporte, reconstrução de vias (expansão do Boulevard Arrudas, conexão entre as Avenidas Antônio Carlos e Portugal), construção de novas vias (Via 210 – ligação entre a Via do Minério e a Avenida Teresa Cristina, ligação entre as Avenidas dos Andradas e Cristiano Machado), duplicações de avenidas (Avenida Presidente Antônio Carlos e Dom Pedro I), interseção entre as Avenidas Presidente Antônio Carlos e Antônio Abrahão Caram, tratamento viário da barragem da Lagoa da Pampulha, além da ampliação e revitalização do Aeroporto Internacional Presidente Tancredo Neves.

Após a realização da Copa do Mundo de Futebol, há um sentimento generalizado em quase todas as sedes do evento de que vultuosas somas de recursos foram empregadas em soluções insuficientes para uma efetiva solução dos problemas infraestruturais dos principais núcleos urbanos brasileiros.

Além disso, cabe iniciar aqui uma discussão, a ser posteriormente desenvolvida no presente trabalho, de que grande parte dos recursos empregados foram voltados ao incentivo do transporte em veículos particulares. No contexto de Belo Horizonte, as ações empreendidas pelos governos federal, estadual e municipal foram predominantemente pautadas nesse meio de transporte, e essa diretriz acarreta, além da saturação do sistema viário municipal e metropolitano, na geração de uma série de impactos de escala local, ocorridos no entorno imediato desse tipo de empreendimento, sobretudo nos dias de eventos.

Na interseção entre a escala regional e a escala local, são identificados diversos impactos socioambientais decorrentes do modo de operação do conjunto de infraestruturas implantadas. Nesse sentido, o presente trabalho busca analisar tais impactos ocorridos na escala local a partir de fluxos regionais.

Dentre esses impactos podem ser destacados o fluxo intensivo de pedestres no entorno do estádio, muitas vezes superior à capacidade de suporte dos passeios, bem como demandas significativas de estacionamento de veículos que, por sua vez, geram fluxos veiculares de menor velocidade e intensificam retenções no tráfego.

Outro impacto significativo ocorrido nas intervenções recentes no Estádio Mineirão esteve ligado ao corte expressivo de espécies arbóreas de médio porte, anteriormente localizadas no antigo estacionamento, na praça de acesso e nas demais áreas circundantes ao equipamento. Nesse processo foram suprimidas cerca de 712 espécies, gerando impactos no microclima, nas condições de reprodução da fauna e da flora locais, na paisagem urbana, dentre outros.

Além disso, essa área livre circundante ao estádio era marcada, antes da reforma, pela abertura e diversas possibilidades de acesso, sendo transformada em uma esplanada cercada, com poucas áreas permeáveis, e acesso controlado através de duas portarias para pedestres. Em um contexto em que são identificadas carências de espaços livres de uso público na região norte de Belo Horizonte (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2013), onde o Estádio Mineirão se localiza, a transformação das possibilidades de apropriação do seu entorno gerou perdas significativas nesse sentido e, desse modo, merecem ser aqui discutidas.

Entende-se que a restrição do comércio em dias de eventos, que anteriormente se dava na praça de acesso circundante ao estádio, foi outro impacto desdobrado do conjunto de ações implementadas nos últimos anos. Essa restrição comprometeu a geração de renda de várias famílias que trabalhavam no local há vários anos.

Mas, na lógica dos impactos locais, sente-se falta de uma ampla discussão acerca dos aspectos culturais ligados ao comportamento do público nos dias de eventos, nem sempre considerados nos estudos de impacto desse tipo de empreendimento. Tradicionalmente, nas partidas de futebol realizadas em Belo Horizonte, são verificadas apropriações de espaços públicos por torcedores, promovendo uma espécie de “concentração” prévia aos jogos. Antes da reforma, concluída no final de 2012, a praça de acesso ao estádio, até então repleta de árvores, era um espaço utilizado para essas concentrações. Mesmo nessa época já eram identificadas apropriações nas vias do entorno do estádio, principalmente nas Avenidas Antônio Abrahão Caram, Alfredo Camarate e Alameda das Palmeiras. Essas apropriações eram marcadas, principalmente, por agrupamentos de torcedores que, ao chegar com antecedência aos jogos, se reuniam e socializavam de maneiras diversas.

No momento atual, a esplanada implantada a partir da reforma não tem se mostrado propícia para esse tipo de socialização. A restrição de acesso de pessoas portando alimentos e bebidas ao local, bem como a ausência de áreas sombreadas, tem levado os torcedores a intensificar as apropriações nas vias do entorno, anteriormente citadas. Tais concentrações de pessoas têm gerado impactos diversos nessas áreas, decorrentes, principalmente, da ausência de infraestrutura para comportá-las. Soma-se a isso o fato de que a Avenida Alfredo Camarate está implantada sobre o Córrego Mergulhão, tributário do Ribeirão Pampulha, atualmente canalizado e parcialmente tamponado. Essa questão, além de gerar impactos específicos, quando associada às apropriações recentes vinculadas à realização de eventos no entorno, desencadeiam outros impactos ligados, sobretudo, ao acúmulo de lixo na calha do curso d’água. Além disso, a técnica utilizada para a canalização do curso d’água gerou uma paisagem agressiva e pouco propícia às apropriações humanas. No contexto atual o curso d’água atua mais como barreira física que como elemento capaz de agregar valor paisagístico a esse trecho.

Cabe então destacar a importância de que sejam abordadas, em projetos de implantação, reforma e ampliação de estádios de futebol, questões relativas à apropriação de espaços públicos no entorno desses estádios em dias de grandes eventos. Desse modo, o presente trabalho possui o objetivo de produzir uma análise dos impactos socioambientais gerados no entorno imediato do Estádio Governador Magalhães Pinto, focada, sobretudo, nas lógicas de apropriação de pessoas no espaço público.

Essa discussão, focada na operação do empreendimento, se desdobraria na produção de um conjunto de diretrizes voltadas à requalificação urbanística do entorno do estádio. O estabelecimento de estratégias para o delineamento dessas diretrizes também faz parte dos objetivos desse trabalho.

METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia aqui adotada foi pautada em duas vertentes principais, complementares entre si: uma focada nos conceitos e categorias analíticas abordadas e a outra nos métodos de levantamento empregados para a efetivação das análises propostas.

Nos aspectos conceituais foi buscada uma reflexão acerca dos conceitos de planejamento e gestão urbanística e ambiental; centros e centralidades; impactos ambientais, sociais e socioambientais. Tais conceitos, embasados em um referencial teórico destacado para a presente discussão, seriam contrapostos ao modo como estes se encontram definidos na legislação vigente. Essa contraposição possibilitará uma discussão sobre eventuais lacunas conceituais presentes na legislação, cujo desenvolvimento poderia contribuir, de diferentes modos, para evitar a repetição de determinadas soluções consolidadas, aqui consideradas conflituosas.

Será também buscada a definição de categorias analíticas, a serem utilizadas nas seguintes análises: escala macro, meso e micro; apropriações socioespaciais, cotidianas e eventuais.

Com relação aos métodos de levantamentos a serem realizados, a primeira discussão será pautada na análise do Estádio Governador Magalhães Pinto, antes e depois das intervenções realizadas.

A partir da compreensão do estádio enquanto equipamento urbano de grande porte e alta atratividade de pessoas em dias de eventos, serão desenvolvidas análises nas escalas macro, meso e micro.

Na escala macro os levantamentos serão pautados, principalmente, nos fluxos de veículos, particulares e coletivos, sobre os principais eixos viários de acesso ao estádio. Na escala meso será buscada a identificação dos grandes e médios equipamentos situados no entorno do estádio, bem como os fluxos de pedestres e veículos nas principais vias de acesso e a capacidade destas em suportar tais fluxos. Ainda escala meso, como desdobramento das análises anteriores, serão identificados os locais com maior concentração de pessoas em dias de eventos.

Os levantamentos na escala micro serão focados no trecho do Córrego Mergulhão correspondente à Avenida Alfredo Camarate, sendo desenvolvida uma análise pautada na identificação das apropriações, conflitos e potencialidades ocorrentes no local.

PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

O conjunto de ações implementadas no Estádio Governador Magalhães Pinto, sua inserção municipal e os impactos em seu entorno imediato, envolvem uma série de fatores calcados nesses conceitos, havendo questões aqui envolvidas ligadas especificamente ao conceito de planejamento, bem como outras ligadas ao conceito de gestão.

O planejamento é aqui entendido como a tentativa de previsão evolutiva de um dado fenômeno, buscando projetar os desdobramentos desse processo com o objetivo de prevenir a ocorrência de conflitos e maximizar potencialidades. Esse conceito, extraído de Souza (2003), enfatiza o planejamento enquanto uma ação antecipatória.

O conceito de gestão, por sua vez, remete ao presente, uma vez que gerir, oriundo do latim *gêrere*, está ligado à ideia de acompanhar um determinado ato de executar, fazer (MILARÉ, 2011). Essa construção mostra uma complementaridade entre os atos de planejar, no qual metas e objetivos são traçados, e gerir, na qual, do ponto de vista administrativo, tal planejamento é colocado em prática.

No contexto em análise percebe-se que as ações empreendidas recentemente no Estádio Governador Magalhães Pinto e em sua articulação regional e local foram pautadas no conceito de Planejamento Estratégico. Tal conceito, apreendido a partir de Souza (2003) e Vainer (2000), é aqui entendido como aquele que busca substituir a ideia de planejamento total do espaço urbano, sendo assumido que o Estado, em parceria com a iniciativa privada, concentraria seus esforços na resolução de problemas específicos localizados em determinadas partes ou regiões de uma dada cidade. No Planejamento Estratégico o Estado atuaria mais como um agente regulador dos processos econômicos e espaciais que seriam, progressivamente, executados de forma direta pela iniciativa privada. O Planejamento Estratégico estaria também ligada às ideias de governo de uma dada cidade nos moldes de uma empresa, pautadas na otimização dos recursos públicos e na prestação de serviços eficientes. No Brasil, o conceito de Planejamento Estratégico ganhou força na década de 90, em um amplo processo técnico político que tentou mostrar à opinião pública que o Estado, com um corpo técnico inchado, não conseguia mais prestar os serviços necessários à população de maneira eficiente. Ao invés de prestar esses serviços, o Estado deveria transferi-los à iniciativa privada e atuar somente como o agente regulador e gestor desses serviços. Como consequência, a chamada “máquina pública”, ou seja, o corpo técnico ligado ao Estado, reduziria drasticamente, bem como os custos para a execução dos serviços. Apesar de, desde antes da década de 90, alguns serviços públicos já eram concedidos à iniciativa privada, como o transporte coletivo de passageiros em ônibus, essa lógica se expande significativamente, atingindo a elaboração de planos, projetos, serviços, obras, dentre outros. Um grande problema verificado nessa lógica está relacionado às variáveis que envolvem o processo decisório, eminentemente político, nas quais a lógica empresarial, nem sempre, atende melhor as demandas da população. Se uma

empresa tem como objetivo primordial gerar lucro, que na relação capital trabalho é obtido através da extração de valor excedente da mão de obra trabalhadora, uma cidade empresa também deverá ser conduzida sob essa premissa, o que acarretará, portanto, em um espaço pautado na exploração da força de trabalho. Um caso emblemático de decisão tipicamente ligada à cidade empresa, aplicável ao contexto belo-horizontino, é a opção recorrente nos sistemas de ônibus em detrimento do uso do transporte sobre trilhos, de maior capacidade de transporte de passageiros. Sabe-se que essa opção é bem anterior à década de 90, envolvendo ações como o abandono do sistema de bondes na década de 60, a implantação e ampliação de eixos viários, muitos deles sobre cursos d'água, a priorização do transporte rodoviário, dentre outros aspectos. Pode-se apontar que essas decisões tem ocorrido desde a década de 50 no Brasil, com fortes repercussões no espaço de Belo Horizonte. Porém, sob a perspectiva da cidade empresa e do planejamento estratégico, os custos do transporte de passageiros em modais ferroviários se mostrou menos viável em termos de custos de implantação e operação. Essa discussão culminou com a adoção de um sistema de BRT nas Avenidas Antônio Carlos e Cristiano Machado, em detrimento da implantação da linha de metrô entre os Bairros Savassi, localizado na região centro-sul, e Pampulha, localizado ao norte, onde se localiza o Estádio Governador Magalhães Pinto. Entende-se que essa questão dos custos operacionais precisa ser significativamente ampliada, uma vez que o menor custo de implantação e operação, para as empresas e, indiretamente, para o Estado, compromete as condições de mobilidade para o trabalhador. Além disso, o transporte rodoviário esconde subsídios que não aparecem no seu cálculo, tais como o preço dos combustíveis no varejo, subsidiado pelo Governo Federal, e os custos de manutenção das faixas de rolamento, financiados pelo poder público e não devidamente contabilizados na composição dos custos dos sistemas de transporte coletivos rodoviários.

Outra marca do planejamento estratégico, mencionada acima, está ligada ao fato de que essa lógica atua em partes específicas da cidade. A solução global de todos os problemas urbanísticos de uma dada cidade tornou-se algo complexo e difícil para o Estado mínimo conformado a partir da doutrina neoliberal, e o foco em pontos e processos específicos foi uma solução apontada para o estabelecimento de ações compatíveis com o orçamento disponível. O conjunto de ações empreendidas no Estádio Governador Magalhães Pinto se enquadram na lógica do Planejamento Estratégico, uma vez que para garantir o acesso ao estádio foi implantado um eixo de BRT cuja pista exclusiva se dá somente em uma das avenidas, a Presidente Antônio Carlos (a Avenida Cristiano Machado, o outro eixo de tráfego exclusivo do BRT não se articula diretamente ao mesmo). Essa solução se caracterizou como um típico recorte intraurbano, no qual o problema de mobilidade não foi resolvido na escala urbana metropolitana. Na perspectiva da gestão, durante a realização da Copa do Mundo uma série de ações específicas foram adotadas para garantir a eficácia do sistema de transporte, tais como a ausência de aulas nos níveis infantil, fundamental, médio e superior durante o evento, soluções não aplicáveis ao município em seu cotidiano. Além disso, a própria lógica da parceria público privada firmada para o projeto, a reforma do estádio e a sua consequente operação, a serem discutidos posteriormente em um tópico específico, se enquadram nas premissas do Planejamento Estratégico e da Cidade Empresa. Essa lógica possui uma série de especificidades na geração de impactos, a serem conceituados e analisados a partir do tópico a seguir.

IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E SOCIOAMBIENTAIS

A lógica do conjunto de intervenções ocorridas na Avenida Presidente Antônio Carlos e no entorno do Estádio Governador Magalhães Pinto é geradora de uma série de impactos, cujas particularidades necessitam ser aqui discutidas. A primeira noção de impacto aqui destacada é a constante na Resolução nº237 do Conselho Nacional de Meio Ambiente, na qual o impacto ambiental é entendido como a alteração das propriedades do meio ambiente, causada pela atividade humana que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota e a qualidade dos recursos ambientais (CONAMA, 1986). O conceito de impacto definido na referida resolução, bastante abrangente, tem como referência primordial a ação do ser humano sobre o meio ambiente. No nosso entendimento, essa concepção de meio ambiente compreenderia, em princípio, todo o meio físico, correspondente ao espaço global, na qual se desenvolveriam as ações humanas e de toda a biota. Esse meio ambiente, esse espaço, mais que mero abrigo dessas ações, as condicionaria em função das características de um determinado meio. Essa lógica, dialética, nos parece adequada à presente discussão. Porém, a perspectiva de impacto constante na referida resolução destaca em seu cerne a ideia de alteração do meio ambiente, decorrente de uma determinada ação humana. Considera-se que essa leitura contribuiu para um fracionamento da abordagem ambiental em ambientes urbanos, significativamente alterados e, desse modo, impactados. Na perspectiva de teóricos como Henri Lefebvre (2002), que discute a tendência de que o espaço global tende à urbanização completa que, no entanto, não significaria, obrigatoriamente, na ocupação total do espaço, entende-se ser fundamental inserir a questão urbana nessa análise. Porções significativas do espaço já sofreram, de forma direta ou indireta, a intervenção humana. Lefebvre (2008) destaca, ainda a necessidade de compreensão do espaço como algo socialmente produzido. A partir da conceituação desenvolvida pelo autor, é possível compreender que o espaço, o meio ambiente a que nos referimos, mesmo que ainda

não tenha sido efetivamente apropriado pela sociedade humana, foi ou será objeto de estudo e compreensão, cuja resultante, o espaço analisado, também se transformaria em um produto social. Nessa perspectiva, o entendimento do impacto enquanto quaisquer alterações sobre o meio ambiente, mesmo que não incorretas, se mostra insuficiente à presente discussão. Essa insuficiência estaria articulada tanto à compreensão do espaço como algo socialmente produzido quanto à ideia de que o espaço analisado, inserido em uma região metropolitana adensada e ocupada em larga escala, já foi objeto de alterações sucessivas ao longo do tempo, que deverão ser consideradas.

Poderíamos tentar inserir a noção de impacto social no presente contexto. De acordo com a International Association for Impact Assessment (2003), o impacto social seria compreendido como uma consequência social, pretendida ou não, positiva ou negativa, de intervenções planejadas através de políticas, programas, planos e projetos de desenvolvimento. À partir dessa definição compreende-se que tal impacto, social, poderia advir de ações provenientes tanto do poder público quanto da iniciativa privada. Apesar da referida associação internacional fazer referência, dentre os objetivos de uma avaliação de impactos sociais, à busca por um ambiente mais equitativo e mais sustentável do ponto de vista ecológico, sociocultural e econômico (INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR IMPACT ASSESSMENT, 2003) considera-se que a análise de impactos sociais proposta é predominantemente centrada nos aspectos sociais decorrentes do desenvolvimento, que pode ser aqui subentendido como o desenvolvimento da sociedade capitalista. Desse modo, o conceito proposto também se mostra insuficiente.

Partindo-se do entendimento do espaço como algo socialmente produzido, e da inserção do objeto de estudo em um espaço altamente transformado pela sociedade, tentaremos desenvolver aqui a noção de impacto socioambiental, mais aplicável à presente análise. O termo socioambiental se refere a um meio ambiente cuja inserção da sociedade se faz presente, de modo direto ou indireto. A ideia de alteração, decorrente de um ou mais processos, articulados ou não, também se faz importante à medida que os impactos, positivos ou negativos, serão desencadeados a partir destes. Cabe também destacar que os conceitos de impacto socioambiental analisados na literatura, como nas discussões de Cicconella e Mignaquí (2002), de um modo geral fazem referência a processos ocorridos na escala macro, correspondentes, de um modo geral, à esfera global.

O impacto socioambiental aplicável à presente discussão, desse modo, será aqui compreendido como o conjunto de alterações sucessivas, positivas e negativas, ocorridas no espaço socialmente produzido. É de extrema importância considerar que o contexto presente como o produto de um determinado processo e, também, considerar a relação entre a biota e a sociedade, em sua mais ampla composição, e o meio físico que suporta essas relações.

No caso específico da área de estudo, alguns impactos serão aqui elencados com o intuito de caracterizar preliminarmente o espaço em questão, bem como justificar a lógica socioespacial aqui adotada. Não será feita, em um primeiro momento, a análise pormenorizada de tais impactos, uma vez que esta se dará quando da caracterização da área de intervenção, a ser feita adiante no presente trabalho.

A percepção inicial da Avenida Alfredo Camarate traz consigo um sistema relativamente simples, composto de quatro faixas de rolamento, duas em cada sentido do tráfego, duas faixas de estacionamento, sendo uma para cada sentido, e um córrego retificado em canal revestido aberto. A presença da água exige uma leitura ampliada desse espaço, abrangendo, pelo menos, a microbacia hidrográfica do Córrego do Mergulhão. Nessa bacia, o adensamento urbano à montante, bem como a presença de grandes equipamentos tais como o Parque Tecnológico de Belo Horizonte e o Campus da Universidade Federal de Minas Gerais, acarretam no lançamento de esgotos em pontos diversos, o que compromete a qualidade da água no trecho de intervenção. Desse modo, temos um impacto, de natureza socioambiental, externo à área de intervenção direta e com forte repercussão na escala local. Uma requalificação efetiva do trecho da Avenida Alfredo Camarate demandaria um conjunto integrado de ações para a requalificação do córrego, contribuindo também para a melhoria da qualidade da água na Lagoa da Pampulha, componente de um dos principais conjuntos urbanísticos de Belo Horizonte e receptora das águas do Córrego do Mergulhão.

As articulações rodoviárias na escala regional são também geradoras de impactos na escala da Avenida Alfredo Camarate, que se constitui na principal ligação da Avenida Presidente Carlos Luz com a Avenida Prefeito Otacílio Negrão de Lima, principal via circundante da Lagoa da Pampulha. O fluxo decorrente dessa articulação dificulta o estabelecimento de apropriações, sobretudo as de caráter cotidiano. Essas questões levaram a uma sucessão de intervenções que culminaram com o tratamento do trecho da Avenida Alfredo Camarate, de aproximadamente 01 km, como uma via predominantemente voltada ao fluxo de veículos. Os vários impactos daí decorrentes culminaram, como citado no parágrafo anterior, na conformação de um ambiente de difícil apropriação, em função, principalmente, do fluxo de veículos, da poluição da água e das características do canal, excessivamente impermeabilizado e árido. Ao mesmo tempo, a proximidade da Avenida Alfredo Camarate com o Estádio Governador Magalhães Pinto e com o Conjunto Urbanístico da Lagoa da Pampulha, potencializam a área. Mesmo que, na atualidade esses equipamentos sejam geradores de eventuais impactos negativos, como a saturação das áreas de estacionamento e a ocupação intensiva das praças existentes, atualmente instaladas de forma precária, o fluxo de pessoas atraído por essas referências, a lagoa e o estádio, contribuem para justificar a requalificação da área analisada.

Como pode ser verificado acima, as discussões sobre os impactos socioambientais na Avenida Alfredo Camarate em muito ultrapassam o trecho principal da intervenção, correspondente à própria avenida. Essa ampliação demanda a discussão de alguns conceitos complementares, sendo a seguir abordada a influência de centros e centralidades (regionais, municipais e locais) sobre a área. Essa abordagem é justificada, principalmente, pela já citada presença da lagoa e do estádio no entorno imediato da avenida, bem como a articulação desses espaços com a área central de Belo Horizonte, núcleo primaz da Região Metropolitana de mesmo nome.

CENTROS E CENTRALIDADES

Em consonância com a perspectiva lefebvriana, a centralidade é compreendida como o espaço das concentrações, dos fluxos, das densidades. Articulada aos sistemas hegemônicos vigentes, a centralidade é o suporte espacial para a sustentação, produção e reprodução dos valores demandados por um determinado regime de acumulação. Na lógica da relação capital trabalho, a centralidade representa o espaço da concentração do capital, tendo a força de trabalho o papel de garantir a geração de valor excedente, fundamental ao sistema capitalista. Mesmo representando a concentração do capital, a centralidade nem sempre corresponde, exclusivamente, à presença de atividades econômicas relevantes em uma determinada área. É nítido que, na centralidade, o capital precisa ser aplicado em um determinado espaço de modo a constituir uma determinada representação espacial. Porém, tal aplicação pode se dar de modo a edificar símbolos que expressem a presença do poder hegemônico em um determinado local, bem como instituições que garantam a reprodução das relações capitalistas que, de acordo com Lefebvre (2008), há muito se expandiram para além do espaço da indústria para atingir a produção do espaço urbano em seu todo. Nessa perspectiva a região de estudo possui importante papel na conformação da centralidade metropolitana. Nem tanto no aspecto econômico, tendo em vista que, apesar da presença de algumas centralidades locais, situadas em Bairros como Ouro Preto, São Francisco, Castelo, São José, Itapoã, Santa Amélia, dentre outros, é no aspecto institucional e simbólico que a mesma se insere com mais relevância. A Lagoa da Pampulha e o conjunto arquitetônico e urbanístico modernista que a circunda são manifestações simbólicas da centralidade metropolitana. Essa espacialidade representou uma expansão da cidade antiga, circunscrita pela Avenida do Contorno, dada através de usos culturais e de lazer tipicamente ligados à burguesia da época (o clube, o cassino e a casa de bailes). A igreja estava ali representada como o elemento de uma sociedade que, mesmo diante do desejo de se tornar moderna, trazia consigo relações pretéritas nesse campo. Esses aspectos simbólicos, promovidos pelo poder público municipal na década de 40, representavam tanto a criação de um eixo de expansão urbana ao norte, voltado ao abrigo das classes econômicas mais abastadas, quanto a linguagem modernista que se desenvolvia no Brasil à época. Os usos inicialmente propostos para os edifícios circundantes foram, em parte, resignificados (o cassino se tornou museu e a casa do baile se transformou em centro cultural), mas o reconhecimento do conjunto modernista enquanto patrimônio se fortaleceu nos últimos anos, expresso através de ações diversas de requalificação da orla, bem como do movimento técnico político com o intuito de transformar o conjunto arquitetônico e urbanístico da Lagoa da Pampulha em patrimônio cultural da humanidade. Sua conservação e qualificação se dá, sob a ótica do capital, mais pelo seu valor simbólico que pelo valor econômico propriamente dito, uma vez que o retorno nesse último campo com atividades como o lazer e o turismo é certamente inferior que os custos demandados para a sua manutenção.

Pode-se considerar que o Estádio Governador Magalhães Pinto, no momento presente, representa um ponto de concentração econômica no contexto da região da Pampulha e da própria Região Metropolitana de Belo Horizonte. O futebol se tornou um grande negócio em nível mundial, envolvendo quantidades cada vez maiores de capital. Se considerarmos que uma partida de um torneio oficial pode movimentar, somente com venda de ingressos, uma média de dois milhões de reais por evento, que se repetem cerca de quatro vezes a cada mês, o fluxo de valores polarizado pelo Estádio não pode ser desconsiderado na qualificação da Pampulha enquanto centralidade. Além da arrecadação com ingressos uma gama de comércios e serviços podem ser agregados à operação do estádio, o que ampliaria ainda mais essa questão. Expandindo ainda mais esse prisma, a realização de grandes eventos como a Copa do Mundo aumenta os números do estádio enquanto centralidade econômica. Esse equipamento pode também ser incluído como um elemento constituinte da centralidade simbólica da Lagoa da Pampulha, uma vez que as suas características arquitetônicas e urbanísticas também compõem a paisagem do conjunto, recorrente em cartões postais que retratam a área, reforçando a dialética socioespacial proposta por Lefebvre que nos exige análises não estanques em que um aspecto influencia e alimenta o outro, complementando-o.

No aspecto institucional entende-se que o Campus da Universidade Federal de Minas Gerais é o principal equipamento a compor a centralidade da Pampulha nesse quesito. É relevante que a universidade, em sua força e tamanho, pode também contribuir nos aspectos econômicos, dados através de atividades de extensão e serviços de consultoria prestados pelo seu corpo técnico. Porém, a Universidade é aqui interpretada como o centro institucional que, através da formação continuada de mão de obra de alta qualificação, atua como uma espécie de indústria voltada à reprodução de uma força de trabalho a se inserir na engrenagem do capital.

Todos esses equipamentos são geradores de fluxos significativos, de pessoas, informações e capital, uma marca das centralidades capitalistas. A Avenida Alfredo Camarate é significativamente impactada por esses fluxos, podendo estes, como discutido no tópico anterior, serem trabalhados enquanto potencialidades para a sua requalificação.

Ainda no contexto dos centros e centralidades considera-se importante uma articulação com a legislação urbanística municipal acerca do tema. De acordo com a lei municipal nº7.165/96, os centros são entendidos como concentrações de atividades comerciais e de serviços com grande raio de atendimento e rede viária com capacidade de possibilitar amplo acesso a essas áreas (BELO HORIZONTE, 1996). As centralidades, no espectro do planejamento municipal, seriam os espaços de convivência comunitária local ou regional, tais como praças e largos, bem como os monumentos e as referências urbanas (BELO HORIZONTE, 1996). A legislação ainda determina que os centros e centralidades são áreas preferenciais para a locação de investimentos públicos, realização de eventos culturais, de lazer e turismo, bem como para a implantação de equipamentos voltados à prestação de serviços públicos. Na correlação entre os conceitos aqui discutidos e o disposto na legislação municipal algumas peculiaridades são notadas. A primeira delas liga-se à leitura da centralidade sob o aspecto predominantemente econômico, sendo que a abordagem aqui adotada contempla, de modo complementar, os aspectos simbólicos e institucionais (SOUZA, MARQUES, ALVES, 2010). Esses aspectos, de certo modo, estariam contemplados na interpretação da lei para os centros que, ao indicar para esses locais a implantação de equipamentos e a realização de atividades culturais, lazer e turismo, passam também a contemplar elementos simbólicos e institucionais em sua definição, mesmo que de forma indireta.

Essas discussões mostram como a hierarquização do espaço mediante demandas específicas do capital geram concentrações e fluxos desigualmente distribuídos. Alguns espaços, dentre os quais se encaixa o trecho da Avenida Alfredo Camarate, são tensionados em função de demandas específicas ligadas aos equipamentos de maior relevância. se, por um lado, as soluções empreendidas sobre a via e sobre o córrego estão ligadas às tipologias comumente adotadas, tais como a retificação e a canalização do córrego, por outro, sente-se falta da compreensão de uma leitura multiescalar desse espaço. Assim, pretende-se desenvolver a seguir uma reflexão sobre essa perspectiva, que contempla múltiplas escalas mas, mais que isso, desenvolver ou incorporar ferramentas de análise que busquem integrar aspectos das escalas macro e meso na escala micro, correspondente à área de intervenção.

DEFINIÇÃO DE ESCALAS: MACRO, MESO E MICRO

O fenômeno da globalização tem exigido dos profissionais que trabalham com a produção do espaço abordagens cada vez mais ampliadas. A abordagem exclusiva do recorte local, como introduzido no tópico anterior, tem se mostrado insuficiente para responder a demandas que, quase invariavelmente, ultrapassam os limites físicos do mesmo. Nesse sentido surge a demanda de que a proposição de um determinado objeto não se limite, exclusivamente, à resposta imediata dos impactos inicialmente identificados. Com o intuito de buscar respostas a essas questões tenta-se aqui incorporar a análise de uma dada intervenção sob o prisma macro, meso e micro. Essa análise necessita ser cuidadosamente construída, de modo que esses três recortes se entrelacem de forma dialética, sendo evitada a estanqueidade e o uso dos mesmos enquanto fragmentos recortados e isolados.

O desafio dessa análise começa no entendimento do termo escala, usualmente ligado à redução ou ampliação de uma determinada área para a sua representação (CASTRO, 2000). Essa abordagem estaria vinculada à ideia de que o espaço é um conceito geométrico que dependia, exclusivamente, da matemática (Lefebvre, 2002), o que, segundo Castro (2000), esconderia a enorme complexidade do termo para a análise dos fenômenos socioespaciais. A própria discussão de Lefebvre (2002), de que o espaço é, simultaneamente, produto e processo social, conformado a partir de ordens próximas e distantes, nos auxilia a compreender a abordagem multiescalar para além da representação física de um determinado objeto. Desse modo a escala não pode ser trabalhada somente como um recorte exclusivamente espacial, no sentido cartesiano do termo, mas deve, também, incorporar aspectos sociais e políticos. Rodrigues (2011) destaca, nessa perspectiva, que a análise multi-escalar deve ser articulada aos agentes produtores do espaço e aos conflitos decorrentes desse conjunto de ações. Com repercussões mais diretas no contexto em estudo percebemos, por exemplo, como as políticas de incentivo à compra de veículos particulares, dada através de isenções de impostos promovidas pelo governo federal, sobrecarregam o sistema viário e se desdobram na formulação de projetos que buscam maximizar o fluxo de veículos, muitas vezes em detrimento das condições de apropriação cotidiana de um determinado lugar.

No universo do evento futebolístico, a realização da Copa do Mundo de Futebol é uma decisão técnica e política, de escala global com repercussões na escala local. Apesar do evento em si se dar um intervalo de tempo reduzido, específico, o planejamento e a gestão do mesmo contemplou ações que envolveram agentes internacionais como a Federação Internacional de Futebol Associado, nacionais (o Governo Federal), estaduais e locais (correspondente às instâncias de governo estaduais e municipais). Não se atendo somente a um evento específico como a Copa do Mundo, a realização de partidas de futebol ligadas a torneios internacionais, nacionais e estaduais denotam também a influência das escalas continental, nacional e estadual sobre o Estádio Governador Magalhães Pinto e seu entorno. Se expandindo

do universo futebolístico, mas ainda no campo da indústria do entretenimento, a realização de concertos musicais internacionais, mesmo que não tenham exatamente repercussões globais como a Copa do Mundo, também se vinculam a circuitos globais. Essas demandas de deslocamentos ao estádio são geradoras de fluxos, sobretudo veiculares, predominantemente ocorridos nas escalas metropolitana e municipal.

No espectro cultural, a Lagoa da Pampulha é reconhecida como patrimônio histórico, artístico e cultural em nível nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e, no momento atual, tem sido objeto de estudos para ser reconhecida enquanto patrimônio cultural da humanidade, conforme mencionado no tópico anterior. Essa projeção denota uma outra influência de uma escala institucional em nível federal sobre a área de estudo.

Do ponto de vista ambiental, além das questões ligadas ao fluxo de veículos acima citados, é preciso considerar, no mínimo, a escala da microbacia, das nascentes à foz, compreendendo os pontos de lançamento de esgoto, as áreas necessárias ao controle de adensamento, a preservação de áreas de recarga, dentre outros aspectos.

Essa análise multiescalar, quando atinge a escala local, do lugar, será analisada sob a ótica das apropriações ocorrentes na área de intervenção. No tópico a seguir as apropriações serão discutidas e, de modo a relacioná-las com as diversas escalas aqui contempladas, discutiremos o tema sob duas perspectivas, a cotidiana e a eventual.

APROPRIAÇÕES SOCIOESPACIAIS: COTIDIANAS E EVENTUAIS

Sendo o espaço, simultaneamente, resultado e projeção de uma gama de fatores sociais, culturais, econômicos, simbólicos e ideológicos, dentre outros, a apropriação de um determinado espaço pelas pessoas que o frequentam é parte de um processo social que faz com que estes se tornem lugares (Llopert, 2010).

Esse processo de apropriação se dá mediante práticas espaciais que, de maneira geral, correspondem à cultura e ao modo de produção na qual a sociedade que o produz se insere. O espaço concebido de uma determinada sociedade pode dificultar ou potencializar essa apropriação, como é o caso da cidade predominantemente voltada para o veículos, cujas estruturas são voltadas para a maximização da passagem em detrimento da permanência.

Não podemos nos esquecer que a apropriação é, também, o ato de tornar próprio um determinado espaço. Nesse sentido, a propriedade privada seria a apropriação do espaço em sua medida mais exagerada. Para o espaço público essa apropriação máxima não é desejada, obviamente. Porém, no espaço urbano dos fluxos, da passagem, o sentimento de pertencimento de diversos espaços públicos para a sociedade que os atravessa sem permanecer se reduz ao mínimo. E esse espaço, público, de todos, finda sendo apreendido socialmente como um espaço de ninguém. A reversão desse sentimento deve se dar através do fortalecimento da noção de identidade, ou seja, as pessoas que passam e permanecem em um determinado espaço precisam desenvolver uma relação subjetiva com esses espaços de modo a reconhecê-los como parte da sua vida.

No contexto da Avenida Alfredo Camarate, dois tipos principais de apropriação foram identificadas, um tipo de característica eventual e o outro, cotidiana.

A apropriação eventual, a ser discutida adiante, está ligada aos eventos que ocorrem no Estádio Governador Magalhães Pinto. Como mencionado, tem sido costume das pessoas que frequentam o estádio se reunir no entorno da Avenida, principalmente na Praça Alfredo Camarate, com o objetivo de confraternizar antes das partidas de futebol e outros eventos que ocorrem no local.

A apropriação cotidiana, por sua vez, vincula-se à relação dos moradores da Avenida e das pessoas que utilizam a Lagoa da Pampulha para a prática de atividades esportivas. Essa forma de apropriação é significativamente comprometida pelo desenho urbano atualmente implantado no local, pois o mesmo não cria condições de contato com o curso d'água, uma vez que as laterais da via voltadas ao córrego sequer possuem passeio de pedestres. As condições de permanência são bastante exíguas, reduzindo o potencial desse tipo de apropriação.

Entende-se que uma intervenção na Avenida Alfredo Camarate articulada à requalificação do Córrego Mergulhão deve priorizar a conformação de espaços capazes de atender o maior número possível de demandas do maior número de atores que, de alguma forma, irão se relacionar com tais espaços. Estes, aqui denominados espaços inclusivos não deveriam privilegiar um determinado grupo ou meio de locomoção em detrimento de outro. Tendo em vista tanto o propósito de atender as demandas dos frequentadores do estádio, quando dos moradores e dos frequentadores da lagoa, os espaços propostos deverão ser multifuncionais, possibilitando apropriações múltiplas.

Apresentados e discutidos os conceitos, será a seguir caracterizado o Estádio Governador Magalhães Pinto, a bacia hidrográfica do Córrego Mergulhão e, a partir dessa caracterização e das discussões anteriormente feitas, serão apresentadas diretrizes para um projeto de intervenção ao longo da Avenida.

O ESTÁDIO GOVERNADOR MAGALHÃES PINTO E SUAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES

O Estádio Governador Magalhães Pinto, mais conhecido como “Mineirão”, se localiza no município de Belo Horizonte. Foi inaugurado em 5 de setembro de 1965, construído inicialmente para comportar 130 mil pessoas. O estádio é um importante elemento do Complexo arquitetônico e paisagístico da Pampulha, por sua vez, tombada pelo patrimônio histórico municipal.

Desde a inauguração, era administrado pelo Estado de Minas Gerais através da ADEMG (Administração de Estádios de Minas Gerais), denominada como uma autarquia e definida como uma entidade com caráter jurídico de direito público, patrimônio e receita próprios.

Em 2010, foi fechado para reforma devido à realização da Copa do Mundo de Futebol 2014 no Brasil, quando então o estádio passou por uma adequação de modo a atender as exigências da Fifa para sediar alguns jogos do evento. Decorrente disso, muitas mudanças físicas funcionais e ambientais ocorreram dentro e fora do estádio.

Dentre elas, cabe aqui destacar a substituição do espaço público em seu entorno imediato por uma esplanada de acesso controlado. Esse espaço se caracterizava por ser de livre acesso público, onde eram ofertadas vagas para veículos, margeadas por canteiros arborizados. E, apesar dessa área ter sido inicialmente concebida para o estacionamento de veículos, influenciado pelas tendências da época, trazia consigo pessoas e consequentemente apropriações. O belo-horizontino que frequenta o estádio em dias de jogos desenvolveu uma característica peculiar, de se reunir no entorno dos estádios com o propósito de confraternizar, sobretudo em momentos precedentes aos jogos. Acredita-se que tal característica possa estar ligada à cultura local de frequentar bares. Além da cultura local, entende-se que a existência de espaços livres próximos ao estádio também pode ser um elemento potencializador dessas apropriações. Após um levantamento feito nos doze estádios que sediaram jogos da Copa do Mundo 2014, percebeu-se que a conformação urbana do entorno da maioria deles se dá por área adensada com menos espaços livres em seu entorno imediato, não sendo identificadas muitas apropriações antes dos jogos. No Estádio Mineirão essas apropriações que se davam em seu entorno imediato antes da reforma, cunhavam uma característica única que atraía mais torcedores a se apropriarem dos espaços circundantes. A lógica era ir de carro até o estádio algumas horas antes do jogo, estacioná-lo em um local sombreado pelas grandes árvores e ali mesmo reunir pessoas para socializar. Essas áreas, anteriormente, abrigavam vendedores ambulantes que ampliavam ainda mais as condições para essas apropriações que antecediam os jogos. Após a reforma, o espaço foi transformado, o estacionamento tornou-se coberto, sua operação foi privatizada e, com isso, foi criada uma esplanada com portões e cercas de acesso controlado e monitorado. Em dias de jogos, com a restrição de acesso com bebidas e outros objetos, foram perdidas as características anteriores da área, o que direcionou os frequentadores para locais como a Avenida Alfredo Camarate. Os vendedores informais foram proibidos de permanecer no local, bem como as 712 árvores antes existentes foram suprimidas.

O projeto de reforma do estádio visou atender às necessidades impostas pela dimensão atual do futebol, que segue padrões aqui considerados excludentes e gentrificadores. No caso específico do Mineirão, foi modificada drasticamente a relação do estádio com a rua. Os estudos ambientais elaborados não conseguiram contemplar, em sua implementação, os tipos de usos e apropriações acima citados. Além disso, não foram criadas ou equipadas outras áreas de modo a comportar tais usos. Essa tomada de decisão culminou em um grande impacto socioambiental para toda região e para o município de Belo Horizonte pois, como salientado, as apropriações fazem parte da cultura do belo-horizontino. Como era de se esperar, essas apropriações não foram esquecidas ou desabitadas, apenas migraram para ruas e avenidas próximas ao estádio, sem capacidade de suporte para tais usos. A estrutura urbana por si só já possui seus conflitos que foram intensificados a partir dessa migração de usos, como foi o caso da Avenida Alfredo Camarate, que terá seus conflitos detalhados no próximo item.

Os principais eventos ocorrentes no estádio são jogos de futebol, semanais ou quinzenais, shows e corridas esportivas. A esplanada propiciou outros usos, atualmente ela é utilizada durante o dia por skatistas, ciclistas, patinadores, crianças para praticar esporte, entre outros.

A partir da reforma o estádio tem sido administrado pela empresa Minas Arena por meio de uma PPP (Parceria público-privada) firmada através de uma concessão de 25 anos dada como contrapartida à reforma do estádio, executada pela iniciativa privada mediante financiamento público. Instituída pela Lei nº 11.079/04 (Lei de PPP Federal), a PPP é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa. Complementa a Lei nº 8.666/93 e nº 8.987/95 (Lei de Concessões) e dialoga com a Lei Complementar Federal nº 101/00 (Responsabilidade Fiscal).

Nessa parceria, o parceiro público define o padrão de qualidade dos serviços e fiscaliza a execução e o parceiro privado implanta e opera o empreendimento seguindo os padrões especificados. Muitas vezes, a utilização de recursos privados nesse tipo de parceria dificulta o acesso da população à determinada área de lazer, elitizando o local, privatizando-o ou tornando-o semipúblico.

A AVENIDA ALFREDO CAMARATE, SEUS CONFLITOS E POTENCIALIDADES

A fim de enriquecer a discussão cabe aqui apresentar os levantamentos focados no trecho do Córrego Mergulhão correspondente à Avenida Alfredo Camarate, o desenvolvimento de análises pautadas na identificação de conflitos, potencialidades e apropriações ocorrentes no local.

A via se caracteriza principalmente por ser uma avenida sanitária, implantada às margens do Córrego Mergulhão que, para dividir e tornar possível a existência do sistema viário naquele local, foi retificado e encaixotado em um canal revestido aberto. Esse processo acarretou na geração de conflitos ambientais relacionados à condição em que o curso d'água se encontra, uma vez que a decisão de priorizar os carros gerou, também, outros conflitos com implicações urbanas, tais como a segregação do espaço e a desvalorização do mesmo para o fluxo e a apropriação de pessoas. Paralela ao curso d'água, a Avenida Alfredo Camarate, composta por quatro faixas de rolamento, sendo duas para cada sentido, duas faixas de estacionamento, sendo uma para cada sentido, passeios estreitos e o canal do córrego ao centro, tornou-se a principal ligação viária entre a Avenida Presidente Carlos Luz e a Avenida Otacílio Negrão de Lima. Esse fluxo é, ainda, facilitado pelas interseções viárias com as avenidas circundantes. Isso gera uma indução no fluxo dos veículos, intensificada após a reforma do estádio e as alterações viárias dela decorrentes. Essa indução de fluxo impossibilita que hajam melhorias no tratamento urbano dado ao córrego, como o alargamento de seu canal ou uma renaturalização de seu leito.

A presença do curso d'água trouxe consigo, no âmbito topográfico, um perfil de declividade suave, possibilitando, sem maiores problemas, a implantação de parque e praças com acessibilidade universal. Em contraponto, o nível do leito do Córrego Mergulhão se encontra muito abaixo do nível da via, cerca de 4 metros, dificultando a conexão entre a rua e o córrego. A área é considerada de relevância ambiental, porém não possui vegetação em quantidade expressiva nem tratamento ambiental que valorize ou, pelo menos, respeite o curso d'água, culminando na fragmentação ambiental, prejudicando as aves e outras espécies. Por outro lado, esse espaço possui capacidade de abrigar mais espécies vegetais em sua extensão, reconectando áreas verdes.

Localizada no Bairro São Luiz, característico pelo seu parcelamento em lotes com área mínima de 1.000m², ocupados por residências unifamiliares de um a dois pavimentos voltadas, predominantemente, a moradores de classe média alta, a área também possui alguns usos não residenciais, como lojas e conjuntos de lojas, instituições de ensino, serviços, além do Centro Esportivo Universitário e alguns lotes vagos. No que diz respeito ao zoneamento urbanístico municipal, a área está inserida na Área de Diretrizes Especiais (ADE) Pampulha, que possui restrições altimétricas e maior permeabilidade mínima do solo (30%), bem como está localizada em uma Zona de Proteção 2 (ZP-2), também restritiva. No que diz respeito às potencialidades da área, é aqui destacada a proximidade com importantes pontos turísticos do município, como a Lagoa da Pampulha, o Complexo do Estádio Governador Magalhães Pinto, dentre outros edifícios culturais do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha, viabilizando ainda mais a requalificação da mesma.

Em pontos estratégicos e valorizados, na interseção com a Avenida Presidente Carlos Luz e na interseção com a Avenida Otacílio Negrão de Lima, atualmente existem dois imóveis que não cumprem com sua função social da propriedade, atualmente, subutilizados. A primeira dessas edificações é uma antiga fábrica de móveis, ocupada por galpões abandonados hoje utilizado como estacionamento em dias de eventos. A segunda, uma edificação de três pavimentos inacabada, também oferta vagas de estacionamento em dias esporádicos. Da forma que estão, trazem uma grande perda para a área em estudo, pois a localização das mesmas são passíveis de se transformarem em espaços públicos agregando valor para toda a região.

Em relação às áreas livres, tem-se a Praça Alfredo Caramatti, que se apresenta um espaço gramado com alguns exemplares de vegetação de grande porte, em um local privilegiado, porém, sem nenhuma infraestrutura, assim como toda extensão da avenida, onde se vê poucos mobiliários e equipamentos urbanos. As calçadas estreitas impedem que qualquer uso se dê naquele espaço, mal conservadas e irregulares, piso tátil inexistente e presença de obstáculos.

São também observados outros conflitos ao longo da avenida, como barreiras visuais ligadas à presença de muros altos, impermeáveis à visão no alinhamento dos lotes e estruturas dos equipamentos esportivos no Centro Esportivo Universitário, implantadas muito próximas ao alinhamento. Essas questões contribuem, ainda mais, para a consolidação de espaços de difícil apropriação ao longo de toda a avenida.

Os conflitos citados acima se integram aos conflitos de usos e apropriações do espaço gerados a partir da reforma do Estádio Governador Magalhães Pinto. A partir disso, um novo cenário se compôs, no qual há um contraste entre as situações cotidianas e as eventuais. Tais apropriações eventuais, mencionadas no item acima, impactam toda a avenida, que fica ocupada em toda a sua extensão por veículos estacionados, pessoas se apropriando do passeio e transitando na pista de rolamento. Porém, a Praça Alfredo Caramatti é a mais impactada, pois comporta um fluxo muito grande de transeuntes, permanências e muitos resíduos no chão após o término dos jogos. Em contra partida, em dias cotidianos as apropriações e a permanência de pessoas são escassas, quase inexistentes, sendo apenas ligadas às atividades esportivas que acontecem na orla da Lagoa da Pampulha.

Os conflitos e potencialidades citados e analisados evidenciam a necessidade de um projeto de intervenção, bem como serviram como base para a formulação de diretrizes projetuais, trabalhadas adiante.

CARACTERIZAÇÃO DA BACIA DO CÓRREGO MERGULHÃO

A área em estudo está localizada na bacia hidrográfica do Córrego Mergulhão, afluente do Ribeirão Pampulha (Lagoa da Pampulha), bacia elementar do Ribeirão do Onça que, por sua vez, integra a bacia do Rio das Velhas.

O Córrego Mergulhão ocupa uma área de 3,37 km², correspondente a 6,6% da área da Regional Pampulha (Prefeitura de Belo Horizonte, 2013). Suas nascentes se dão nos bairros Engenho Nogueira, Ouro Preto e no Campus da Universidade Federal de Minas Gerais, sendo que a maioria delas estão localizadas em terrenos particulares. Seu curso d'água corre, na maior parte do tempo, em leito natural, estando canalizado em alguns pontos. No trecho correspondente à Avenida Alfredo Camarate, o córrego se encontra retificado e canalizado a céu aberto. A bacia se caracteriza pela presença de grandes áreas institucionais que possuem áreas vegetadas expressivas, possuindo assim grande capacidade de recarga.

A qualidade da água do Córrego Mergulhão é questionável, considerada ruim em praticamente toda sua extensão (IGAM, 2013). O esgoto é predominantemente doméstico, advindos dos bairros Engenho Nogueira e Ouro Preto, recebendo também esgotos de imóveis comerciais e institucionais. Existem programas de despoluição da Lagoa da Pampulha e conseqüentemente a despoluição do córrego está em evidência, trazendo assim mais valor agregado a uma possível intervenção futura.

DIRETRIZES PARA UM PROJETO DE INTERVENÇÃO

Como desdobramento das análises desenvolvidas acima, foram elaboradas diretrizes projetuais pautadas na requalificação ambiental do Córrego Mergulhão e requalificação urbana da Avenida Alfredo Camarate a fim de mitigar ou até sanar os impactos socioambientais nela presentes. Contudo, devem responder às necessidades e deficiências encontradas na análise, pois dessa forma é possível elencar os espaços e atividades que possam atender a população, os frequentadores e pessoas que virão ali se apropriar.

Sendo assim, é imprescindível que a primeira diretriz se dê no âmbito ambiental, visando melhorar a qualidade da água do córrego, possibilitando que este chegue limpo no trecho da avenida, condição fundamental para a requalificação urbana da mesma. Diante disso, na escala meso, correspondente a toda extensão da Bacia do Córrego Mergulhão, serão propostas intervenções em lugares estratégicos, promovendo assim a recuperação das nascentes, a separação do esgoto através de interceptores, o tratamento do mesmo por meio da técnica denominada alagados construídos e plantação de macrófitas, além da implantação de fossas sépticas individuais em residências localizadas na Avenida Alfredo Camarate. Ainda para viabilizar ações no trecho da Avenida Alfredo Camarate, é identificada a necessidade de desincentivar o fluxo de veículos, ocasionando diretrizes elencadas em pequenas mudanças viárias, sendo elas: a reclassificação da avenida, passando de via coletora para via mista, estimulando o fluxo de pessoas e veículos não motorizados. Nessa diretriz o tráfego principal de veículos motorizados seria desviado para a Avenida Coronel Oscar Paschoal.

Na escala micro pretende-se desapropriar os imóveis que não cumprem a função social da propriedade, transformando-as em espaços livres de uso público, ou seja, em praças integradas ao contexto da avenida. Juntamente com essas ações seria empreendido o alargamento do passeio e do canal do Córrego Mergulhão, além da criação de ambiências implantadas em vários níveis, promovendo a integração entre o nível do greide da avenida e o nível do leito do córrego, impulsionando o contato direto e sadio entre as pessoas e o córrego.

Já com os espaços arreigados, as próximas diretrizes de projeto seriam pautadas no tratamento urbanístico de toda extensão da Avenida Alfredo Camarate que, por sua vez, é vista como dinamizadora do espaço com grande potencial para servir como suporte aos grandes equipamentos presentes na área. Pautadas na valorização do curso d'água, no contato das pessoas com a água e nos conflitos relacionados às apropriações, as diretrizes consistem na criação de lugares apropriáveis, dados a partir de um princípio urbanístico modulado mas ao mesmo tempo diversificado, concedendo aos frequentadores escolherem as apropriações que darão ao lugar. Tem-se aqui a premissa de serem comportados tanto os usos cotidianos quanto os eventuais, de modo a criar novas possibilidades de apropriação. A adequação das calçadas e dos espaços às normas de acessibilidade, melhoria da iluminação e aumento da arborização também são diretrizes.

Essas ações promoverão, desse modo, conexões para os transeuntes, dadas entre a Lagoa da Pampulha e a Avenida Presidente Carlos Luz, entre o Bairro São Luiz e o Estádio Governador Magalhães Pinto. A implementação da proposta traria um grande ganho para a região, impulsionando o turismo no Complexo da Pampulha e tornando-se referência para futuras intervenções.



Figura 01: imagem da situação atual, acima, e ilustração da situação proposta
Fonte: acervo pessoal; elaboração própria, 2014

RESULTADOS OBTIDOS OU ESPERADOS

O desenvolvimento e a aplicação da metodologia proposta levou à obtenção de uma série de resultados, dentre os quais merece ser aqui destacada a constatação de que a prevalência de uma lógica focada no espaço público como algo predominantemente voltado à circulação gera ambientes pouco propícios à apropriação humana. A existência de demandas de apropriação, mesmo que temporárias, demonstra que o ambiente urbano carece de novas possibilidades de uso público. A análise aqui desenvolvida demonstra que a realização de intervenções de pequeno e médio porte seriam capazes de minimizar e, até mesmo, reverter esses processos.

No caso específico do Córrego Mergulhão, mais especificamente no trecho correspondente à Avenida Alfredo Camarate, as diretrizes de projeto elaboradas demonstram ser possível melhorar a relação entre a forma urbana e os cursos d'água, através de intervenções pautadas na recuperação de condições físico ambientais do sistema hídrico. Paralelamente, tais intervenções se mostram também capazes de criar novos usos públicos e, além disso, minimizar os conflitos entre a população residente e os cidadãos que se apropriam dos espaços em momentos específicos.

Os estudos aqui desenvolvidos levantaram e analisaram uma série de apropriações recorrentes em dias de grandes eventos. Tal levantamento gerou um mapeamento dessas apropriações, passível de ser utilizado em projetos futuros de requalificação urbana para o entorno do Estádio Governador Magalhães Pinto.

As diretrizes de projeto, pautadas em pequenas mudanças no sentido do fluxo de veículos, seriam desdobradas na reclassificação da Avenida Alfredo Camarate como via mista (Belo Horizonte, 2006), voltada ao fluxo compartilhado de pedestres e veículos para o acesso de residentes, além de atividades de lazer. O acesso principal de veículos à Lagoa da Pampulha se daria através da conversão à esquerda da Avenida Presidente Carlos Luz em direção à Avenida Coronel

Oscar Paschoal. Desse modo, uma mudança de cerca de 455,00 metros lineares seria capaz de retirar da Avenida Alfredo Camarate o papel atual de um dos eixos prioritários de acesso de veículos à Lagoa da Pampulha.

A redução do fluxo de veículos na Avenida Alfredo Camarate possibilitaria a recuperação ambiental de um trecho do Córrego do Mergulhão que, além de qualificar a área do ponto de vista ambiental, traria novas possibilidades de apropriação de pessoas, atualmente demandadas.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O trabalho aqui desenvolvido ensejou uma interessante reflexão acerca da análise ampliada de impactos no entorno de equipamentos de grande porte. Essa discussão, pautada nas apropriações socioespaciais, ocorridas tanto durante a realização de eventos quanto nas diversas formas de apropriação cotidiana, levaram à formulação de uma série de diretrizes de projeto que se contrapõem ao desenho de espaço público vigente na região (objeto, inclusive, de intervenções recentes).

Com o desenvolvimento das análises verificou-se que a inserção da microbacia do Córrego Mergulhão enquanto elemento norteador prioritário do projeto ampliaria, significativamente, a natureza da intervenção. Diante disso, não foi proposta somente a requalificação urbanística de um trecho com cerca de 01 quilômetro de extensão, visando minimizar conflitos específicos ligados, sobretudo, às apropriações socioespaciais na escala local. Para além dessas questões imediatas, que envolveriam a requalificação de um trecho específico do Córrego Mergulhão, a requalificação da bacia hidrográfica nos mostrou que intervenções socioambientais na escala macro, tais como o tratamento de nascentes, e na escala meso, como a definição de um conjunto de diretrizes como a identificação e o tratamento de esgotos em trechos específicos, possibilitariam uma compreensão ampliada da área de intervenção, com repercussões diretas no desenho urbano, desenvolvido na escala micro. Desse modo, a definição de estratégias de melhoria da qualidade da água deixou de ser um pressuposto distante para figurar no primeiro plano da proposta, e a consecução destas viabilizaria propostas em que o contato direto com a água comporia o conjunto de apropriações possíveis.

Sabe-se que a aplicação plena de todas as diretrizes propostas, sobretudo nas escalas macro e meso, ainda se mostram um pouco distantes da realidade brasileira, em função, principalmente, de um grande número de nascentes estarem localizadas em terreno privado. A aplicação da função social da propriedade, prevista na Constituição Federal, envolveria, nesse contexto, algum nível de ajustamento dos padrões de ocupação de alguns terrenos específicos, algo ainda não implementado em larga escala nas áreas adensadas dos principais centros urbanos brasileiros.

Por fim, as soluções aqui apontadas, desenvolvidas para um contexto específico, buscaram articular a qualidade da água, grandes usos urbanos e apropriações, se desdobrando em um espaço com características muito peculiares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Belo Horizonte. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Plano Urbanístico - Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos / Pedro I - Leste Oeste / Vale do Arrudas. Belo Horizonte: Poder Executivo, 2013.
2. Belo Horizonte. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Lei nº 7166, de 27 de agosto de 1996. Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no município. Belo Horizonte: Poder Executivo, 1996.
3. Castro, I.; Gomes, P.; Corrêa, R. Geografia. Conceitos e temas. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
4. Ciccolella, P.; Mignaqui, I. Buenos Aires: Sociospatial Impacts of the Development of Global City Functions, in Saskia Sassen. ed. Gbbal Networks/ Linked Cities. New Yotk and London: Routledge, 2002. p. 309-325.
5. CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução n.º 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Data 15/09/2014.
6. IGAM. Instituto de Gestão das Águas. Qualidade das águas superficiais. Bacia do Rio das Velhas. Rede Dirigida da Bacia do Ribeirão Pampulha. Belo Horizonte, 2014.
7. International Association for Impact Assessment. Avaliação de impactos sociais. Princípios Internacionais. Estados Unidos, 2003. Disponível em http://www.iaia.org/publicdocuments/special-publications/SP2_pt.pdf?AspxAutoDetectCookieSupport=1. Data 15/09/2014.
8. Lefebvre, H. The Production of Space. Oxford: Blackwell Publishing, 2002.

9. Lefebvre, H. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
10. Llopart, Blanca Sala. Anthropology and Architecture. Appropriation of living space. In: Elisava TdD. Barcelona: Escola Superior de Disseny, 2010. Disponível em <http://tdd.elisava.net/coleccion/disseny-tecnologia-comunicacio-cultura-2000/sala-llopart-en>. Data 10/06/2014.
11. Milaré, Édís. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 7ª edição, 2011.
12. SOUZA, L. A.; MARQUES, Y. L.; ALVES, D. F. C. Centralidades: o simbólico, o institucional e o econômico na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Arquitextos, São Paulo, 11.123, Vitruvius, aug 2010 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.123/3517>>.
13. Souza, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
14. Rodrigues, A. M. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: Produção do espaço urbano - agentes, escalas, conflitos. in: Carlos, A. F. A.; Souza, M. L.; Sposito, M. E. B. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013.
15. Vainer, C.; Arantes, O.; Maricato, E. A cidade do pensamento único. desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.